

# Marco do gás destrava investimento de R\$ 43 bi

Câmara prepara votação do plano de novo mercado de gás um ano após lançamento

Anne Warth/BRASÍLIA

Um ano depois de lançado pelo governo, o plano Novo Mercado de Gás deve ser votado pela Câmara dos Deputados nos próximos dias e pode destravar investimentos da ordem de R\$ 43 bilhões, segundo os cálculos do governo. Apesar do avanço de algumas medidas no âmbito federal, o prometido "choque de energia barata" do ministro da Economia Paulo Guedes ficou longe do objetivo de baixar o preço do gás natural em 40%, pois ainda sofre resistências nos Estados e distribuidoras locais.

O governo pretende garantir acesso de empresas privadas à infraestrutura de escoamento e transporte de gás natural (uso como combustível no transporte e nas usinas termoeletricas, bem como fonte de energia em casas, fábricas e estabelecimentos comerciais, além de poder ser convertido em ureia, amônia e outros produtos usados como matéria-prima em diversas indústrias).

Hoje, o projeto terá um pedido de urgência avaliado pelos deputados. Se aprovado, os parlamentares passam a tratar

com prioridade o tema, que é base do programa lançado pela União ao abrir o mercado para novas empresas. A queda de custo deve atingir principalmente os principais consumidores do gás natural — a indústria e o setor de energia termoeletrica. Mas a expectativa do governo é que essa redução seja repassada ao consumidor final.

Há praticamente consenso em relação ao teor do texto, já aprovado, em outubro do ano passado, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, sob relatoria do deputado Silas Câmara (Rep-AM). Escolhido para relatar a proposta no plenário pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Laércio Oliveira (PP-SE) disse que vai manter o texto na íntegra. "O projeto é uma construção conjunta e já venho trabalhando nisso desde 2019. Minha intenção é blindar o texto, que foi fruto de muita conversa", afirmou.

O Ministério de Minas e Energia (MME) diz que o texto reflete o consenso no setor, consolidando boas práticas regulatórias, traz segurança jurídica, estabelece tratamento isonômico a todas as empresas e destrava investimentos em infraestrutura



Novo mercado. Com o projeto, setor privado deve ter acesso ao transporte de gás natural

essenciais à expansão do mercado. Produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta, mas há pressão das estatais estaduais por mudanças. O secretário executivo de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Luiz Costamilan, avalia que o texto em análise na Câmara é o "projeto possível". O presidente executivo da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGÁS), Rogério Manso, afirma que o projeto é resultado de anos de discussão entre todos os agentes.

Estatais. Já a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), que representa as estatais estaduais, quer ajustes na proposta que está em votação e um papel mais ativo do governo no setor. A entidade defende propostas de garantias a demanda, como um plano de universalização do gás natural e um plano para substituir o combustível usado em veículos de transpor-

te de carga e passageiros. A Abegás propõe ainda a realização de leilões para escolha de termoeletricas que funcionarão como "âncoras" no sistema. Nesse modelo, caberia ao governo criar um programa de desenvolvimento de infraestruturas essenciais para custear rotas de escoamento de produção unidades de processamento e gasodutos de transporte.

Os grandes consumidores são os principais interessados na aprovação da proposta do novo marco de gás. Um grupo de 65 entidades assinou um documento em apoio à proposta, entre eles a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

### Apelo do mercado

**65** Foi o número de entidades que assinou documento de apoio ao projeto do marco do gás, entre elas a CNI e a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace)

## Linha de crédito para PMEs acaba em 20 dias

Fabrizio de Castro | BRASÍLIA

Com os recursos para empréstimos praticamente esgotados, o Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) é, até o momento, o único programa de crédito do governo bem sucedido na crise. Dos R\$ 18,7 bilhões disponibilizados, R\$ 18,6 bilhões — ou 99,5% do total — já foram efetivamente emprestados a empresas em dificuldades. Nas demais linhas lançadas durante a pandemia do novo coronavírus, os percentuais não superam os 30% e os montantes envolvidos são bem menores. Hoje, o plenário da Câmara poderá avaliar a ampliação de recursos do Pronampe.

O sucesso do Pronampe pode ser medido pela rapidez com que as micro e pequenas empresas esgotaram o crédito disponível. O programa ganhou impulso em 6 de julho, uma segunda-feira, quando o Banco do Brasil começou a operar a linha. Apenas naquele dia, o banco estatal liberou R\$ 1,8 bilhão.

Desde então, o que se viu foi uma verdadeira corrida das empresas aos bancos, em todos os Estados, em busca de acesso ao crédito. Em três semanas, a linha se secou.

A procura é justificada pelas condições favoráveis. A taxa de juros máxima corresponde à Selic (a taxa básica da economia, hoje em 2,25% ao ano) mais 1,25% ao ano. O prazo para pagamento é de 36 meses. Podem acessar o crédito micro e pequenas empresas que tenham até R\$ 4,8 milhões de receita bruta anual. Cada empresa pode obter recursos equivalentes a até 30% do faturamento registrado em 2019. O dinheiro pode ser usado para investimentos (compra de máquinas e equipamentos e realização de reformas) e para despesas operacionais.

**TAXA DE DESEMPREGO JÁ BATEU NOS 30%\***  
NÃO PODEMOS MAIS FICAR PARADOS.

\*Considera também as pessoas que não procuraram emprego, mas querem trabalhar.



As políticas de isolamento impostas pelas autoridades governamentais aos estabelecimentos comerciais, atendendo à orientação da OMS, estão MINANDO A ECONOMIA DO BRASIL. É clara para todos a crise que enfrentamos, basta ver as estatísticas diárias de vítimas. O setor de comércio e serviços é o maior gerador de empregos do país. Estamos cada vez mais cientes da nossa responsabilidade em relação à proteção de nossos trabalhadores e clientes. Falta bom senso neste momento. Segundo o IBGE, já são mais de 30 MILHÕES de desempregados, e avançando. MILHARES DE NEGÓCIOS INVIABILIZADOS. O DESEMPREGO VEM AGINDO COMO UM VÍRUS. Temos empresas e trabalhadores de mãos atadas vendo o esforço de suas conquistas e o pão de cada dia se pulverizando. A ajuda financeira oferecida pelo governo não tem chegado como deveria. QUEM VAI PAGAR ESSA CONTA? É URGENTE um plano de liberação e operação mais consciente e realista, mantendo o CUIDADO com o BEM-ESTAR DE TODOS. Precisamos RETORNAR À ATIVA, a comprar e a vender, a movimentar a roda que mantém o país vivo e as pessoas livres do confinamento prolongado, livres para reassumirem o comando de suas vidas. Acreditamos que ainda há tempo para EVITAR UM COLAPSO. E é por isso que precisamos, minimamente, equilibradamente, DEMOCRATICAMENTE, voltar. MAS VOLTAR COM SEGURANÇA. Numa sociedade democrática, a responsabilidade é de todos. E, para tanto, precisamos compartilhar ações. **Senhores GOVERNADORES e PREFEITOS, ajudem os trabalhadores desempregados a voltarem sua vida ao normal.**

EMPRESAS E ENTIDADES APOIADORAS:



PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSRECORDER  
 C/ALFONSO DE ALBUQUERQUE, 100 - JARDIM PAULISTA - SÃO PAULO - SP